

JUVENTUDE E A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E EMPREGO

Kelly dos Santos Crispim
Universidade Federal da Paraíba
kellycrispim@hotmail.com

José Henrique Artigas de Godoy
Universidade Federal da Paraíba
jhartigasgodoy@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as conexões entre juventude e a questão social a partir da análise de políticas públicas de trabalho e emprego. Ele é parte de uma pesquisa em desenvolvimento e se propõe a descrever e analisar, de modo geral, o funcionamento de programas voltados para este segmento. Reflete, ainda sobre a juventude brasileira como foco das políticas públicas a partir da década de 1990 e a situação dos jovens no mundo do trabalho. Percebe-se que paralelamente à ampliação da crise social juvenil, relacionada aos processos de integração à vida adulta, os jovens passaram a chamar a atenção como vítimas ou protagonistas de problemas sociais. A ampliação do desemprego, em face do neoliberalismo, teve como consequência o aumento da vulnerabilidade juvenil. Parte significativa dos empregos voltados à juventude passou a ser de curta duração e baixa remuneração. A flexibilização dos contratos e a exigência de cada vez maior qualificação e especialização proporcionou uma intensa mobilidade e instabilidade no mercado de trabalho para jovens. O desemprego, a concorrência crescente no mercado de trabalho e a desqualificação profissional constam como fatores limitantes das escolhas dos jovens, que passaram a se submeter a quaisquer atividades que garantissem sobrevivência, independente de gerarem ou não uma profissão ou estabilidade empregatícia. Em face da exclusão social e da precariedade profissional a juventude passou a ser comumente associada ao desamparo e à violência. Essa realidade exigiu a criação de políticas públicas setoriais, visando qualificar profissionalmente, integrar e reintegrar jovens na sociedade e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Juventude. Políticas públicas. Trabalho

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco central a análise das respostas, via políticas públicas, do Estado brasileiro diante da juventude como “questão social”.

Sabe-se que a década de 1990 foi marcada por mudanças, foram introduzidos, elementos do chamado “taylorismo” e da empresa flexível, além disso, houve a ampliação das formas de subcontratação e da terceirização da força de trabalho. No Brasil, ocorreu a introdução da chamada reestruturação dos processos produtivos, que provocou mudanças econômicas e sociais permeadas pelo desemprego estrutural, precarização do trabalho e recrudescimento da pobreza. O ajuste neoliberal, colocado em prática, caracterizou-se principalmente por uma política industrial centrada na abertura comercial e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e reestruturação das políticas sociais.

A reestruturação produtiva passou a ser vista como responsável pelo problema do desemprego estrutural, que aumentou constantemente. Um fato relevante abordado por Antunes e Alves (2004), a respeito dessa questão é apresentado a seguir:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a

crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho. [Antunes e Alves, 2004: p.05]

Diante disso, outro ponto importante ressaltado por Pochmann (1998) é que os anos 1990 marcaram a emergência de um novo padrão de inserção ocupacional que reservou aos jovens os empregos precários, no setor informal da economia, em empresas pequenas e com baixa perspectiva profissional.

Assim, observa-se que no contexto atual de estreitamento do mercado de trabalho, das crescentes exigências de qualificações profissionais e do excedente de mão-de-obra pouco escolarizada e qualificada, um dos maiores desafios a serem enfrentados é a inserção dos jovens no mundo do trabalho, já que estes são os mais penalizados com o desemprego e com a precarização do trabalho, que é perceptível nos baixos rendimentos, altas jornadas de trabalho, instabilidade ocupacional, alta rotatividade e ausência

de mecanismos de proteção social e trabalhista.

São os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos das camadas populares os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho, pelas fragilidades do sistema educacional e os mais desprovidos de apoio de redes de proteção, encontrando-se em maior estado de vulnerabilidade social.

Dentro desta perspectiva, a juventude brasileira começa a ser uma preocupação da sociedade civil e assunto de pautas políticas a partir da segunda metade da década de 1990. As ações que se desenvolveram, nesse período, correspondiam às políticas de integração. Abramo (1997) percebe a existência de dois grandes blocos voltados para enfrentar as dificuldades de “integração social” do jovem em desvantagem econômica: de um lado, programas de ressocialização ou ocupação do tempo numa perspectiva de pedagogização, e de outro lado, a criação de programas de capacitação para adequação ao mercado de trabalho.

De modo geral, os jovens passaram a chamar a atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de problemas sociais como baixa renda domiciliar *per capita*,

escolarização precária, as frágeis condições para a permanência no sistema escolar, a dificuldade de inserirem no mercado de trabalho formal, a luta pelo primeiro emprego e a inadequada qualificação profissional, jovens em conflito com a lei, entre outros. (Freitas & Papa, 2008). Da mesma forma Pochmann (1998) afirma que há a ampliação da crise social juvenil, relacionada aos processos de integração à vida adulta porque não ocorre mais facilmente a passagem da escola ao mercado de trabalho. Sendo assim, o desemprego dos jovens tem como consequência o aumento da vulnerabilidade juvenil.

Nesse sentido, observa-se que a realidade sócio-cultural e político-econômica do jovem em situação de vulnerabilidade, é permeada pela entrada precoce no mercado de trabalho para que possa garantir a sua subsistência (e as vezes de sua família), enquanto os jovens das classes média e alta possuem condições para dedicarem mais tempo aos estudos obtendo. Assim, esses possuem uma formação profissional mais ampla e condizente com as exigências do mercado de trabalho. Diante das dificuldades reforçam-se a necessidade urgente de

políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade do jovem, a qualificação profissional, a participação social, a garantia do primeiro emprego - a fim de proporcionar-lhe experiência profissional -, além de uma política integrada de proteção social.

Portanto este trabalho privilegia as políticas públicas do atual governo federal em relação à qualificação profissional de jovens trabalhadores que recentemente passaram por algumas transformações que serão abordadas no decorrer do estudo.

Este artigo está subdividido em três momentos: primeiramente, será apresentado a discussão do significado do trabalho para a juventude. No segundo momento, será apresentada a reflexão da juventude como questão social e, finalmente, serão apresentadas, de forma sucinta, os programas de juventude existentes no período de 2007 e as mudanças sofridas após o segundo mandato do presidente Lula e as considerações finais.

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA JUVENTUDE

Segundo Leite (2008), o Brasil vem sofrendo modificações no que diz respeito ao modelo tradicional de

trabalho. Esse modelo, também conhecido como sinônimo de “emprego” vem perdendo algumas de suas características: assalariado, estável, masculino.

No entanto, isso não impede que o trabalho exista e renasça de diferentes formas nos vários países. Essas formas nem sempre são precárias, embora quase sempre se registre exploração e precaridade. Leite (2008). O “emprego informal” que atualmente absorve metade ou mais da metade da População Economicamente Ativa – PEA é um universo novo no qual o trabalho o trabalho em geral e as ocupações particulares assumem formas que a análise sociológica nem sempre consegue reconhecer.

Diante dessas mudanças, o trabalho na visa de Leite (2008) continua sendo importante em nossa sociedade e não se trata de questões éticas, mas sim de motivações práticas, tais como: a) o trabalho é essencial à sobrevivência e ao consumo; b) é também espaço de socialização e aprendizagem, ou seja, consiste em uma referência básica de inclusão social.

A autora menciona ainda que identificar-se como trabalhador é ainda um valor básico em nossas sociedades

visto que, pesquisas antigas e recentes atestam que “trabalhador” é, no imaginário popular como também dos jovens a condição que diferencia o “cidadão” do “marginal”. (Leite, 2002; Seade, 2002).

Sendo assim, essa visão do trabalho é fundamental para se entender seu significado para a juventude em qualquer situação econômica, mas em especial para os jovens de baixa Renda, que constituem a maioria da população, em linhas gerais, Leite (2008) explica o significado do trabalho para os jovens como sendo:

[...] O trabalho pode ser espaço vital de aprendizado, de socialização, de afirmação da identidade do jovem, inclusive de práticas sociais potencialmente libertadoras. A questão do trabalho de jovens, portanto, deve ser situada no complexo maior de fatores que vêm construindo o que é “ser jovem” no país – em especial nos centros urbanos, a partir dos anos 70, quando o fenômeno “juventude” começa a se destacar na pauta demográfica e social do país (Heilborn, 1997; Madeira e outros, 1997; Leite, 2002; Seade, 2002; Carrochano, 2001). É preciso fugir da retórica piedade e superar o discurso da exclusão. Para o jovem, trabalhar, por mais duro e estressante que possa ser, é independência,

realização e dignidade (Carrochano, 2001). [Leite, 2008: p.156 – 157]

JUVENTUDE E A QUESTÃO SOCIAL

Em seu contexto histórico a nova questão social é entendida como resultado das transformações do capitalismo contemporâneo e da crise do *Welfare State*, seguida do advento do neoliberalismo.

Como cenário da questão social, a crise do *Welfare State* e o esgotamento da capacidade de financiamento da agenda social representam significativa mudança dos marcos institucionais e das diretrizes da política estatal sob inspiração liberal, contribuindo para gerar efeitos na estrutura social das grandes cidades (Lima, 2007).

Esse conjunto de mudanças fez com que o debate sobre a política de transferência de renda ganhasse uma importância na agenda política brasileira (Diniz, 1999, Lavinias, 2000, Draibe, 1999). A herança das políticas sociais praticadas pelo Estado desenvolvimentista, centralizador e clientelista, foram marcadas por distorções decorrentes na fragmentação

e descontinuidade das ações, da sobreposição dos objetivos, da ineficácia dos gastos e da baixa efetividade social (Draibe, 1999).

Para Lima (2007), a concepção e o desenvolvimento do nosso Estado de Bem-Estar foi marcado por uma dicotomia entre os incluídos no mundo do trabalho formal, ou seja, aqueles cobertos sistema de proteção social e os demais trabalhadores do mundo do trabalho informal, excluídos do campo de direitos.

Nesse contexto Castel (1998) fez pertinentes questionamentos sobre o assunto. Para esse autor o recrudescimento da pobreza e da exclusão social, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e o desmonte dos direitos sociais caracterizam o que Castel chama de “questão social”. O autor menciona que o desgaste do tecido social, designado de questão social, tem gerado um quadro de insegurança, tendo como consequência a “desestabilização dos estáveis”, a “instalação da precariedade” e a existência dos “sobrantes”. Para Castel (1997, 179-180), a “desestabilização dos estáveis” engloba aqueles “trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na

divisão do trabalho clássico e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos”. A “instalação da precariedade” atinge frequentemente “os jovens, com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda social” e que acaba por configurar o que se “poderia chamar de cultura do aleatório, pois as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma vulnerável e instável.

Nesse contexto, a análise da juventude como questão social nos remete à contextualização das políticas sociais no panorama brasileiro.

No caso brasileiro, uma das questões mais preocupantes é a do trabalho precoce, que antecede a saída da escola – sem qualquer garantia de que esta saída ocorra após a conclusão do nível básico de ensino – e que tende a dificultar a continuidade dos estudos, bloqueando as oportunidades futuras. A este problema veio somar-se o da crise do emprego, que atinge os jovens de forma acentuada, tanto pelo desemprego quanto pela ocupação em postos de trabalho precários.

Apesar de o ingresso precoce de jovem ser uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro, existe uma clara tendência a diminuição

desse fenômeno. Isto pode ser demonstrado pela comparação das taxas de participação apresentadas pelo IPEA e pelo indicadores sociais do IBGE 2008.

Antes de atingir 18 anos de idade, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho, porém, a partir dos 18 anos, estudar torna-se privilégio de uma parcela ainda menor. Entre aqueles de 18 a 24 anos de idade, 12,1% têm como atividade exclusiva o estudo, e no grupo de 25 a 29 anos, apenas 2,2%. O percentual de jovens que apenas trabalham e não estudam é de 56,3% para o grupo de 18 a 19 anos e de 78,6% para o de 25 a 29 anos de idade (IPEA, 2008).

Outra relevância consiste na situação educacional do grupo de 18 a 24 anos de idade, que teve menor evolução na última década. De 1997 para 2002, a frequência escolar dos 20% mais pobres aumentou de 19,6% para 27%, porém voltou a cair, em 2007, para 25,3%. Mesmo entre os 20% mais ricos, a taxa, que havia aumentado de 47,4% para 51,2%, em 2002, caiu para 50,0%, em 2007 IBGE (2008).

Sobre o problema do desemprego, sabe-se que, universalmente, ele tende a ser mais

acentuado entre os jovens que entram no mercado de trabalho do que entre o restante da população. No Brasil, a situação não é diferente. Os jovens – entre 15 e 29 anos – apresentam taxas de desemprego em 2007 de 63%, correspondendo a 4,6 milhões de jovens. Nota-se que o desemprego juvenil era 2,9 vezes maior que o dos adultos (a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego de adultos era de 4,8%) (IPEA, 2008).

Esses dados indicam o quanto têm sido restritas as oportunidades disponíveis aos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Se a “crise do emprego” da década de 1990 atingiu toda a população trabalhadora, os jovens foram particularmente prejudicados. Assim, Castro & Aquino (2008) afirmam o seguinte:

Altas taxas de desemprego, ocupações precárias e baixos salários têm comprometido a trajetória educacional e profissional dos jovens. Além disso, refletem diretamente nas garantias sociais, trabalhistas, na condição e no exercício da cidadania, tendo em vista que o vínculo com a rede pública de proteção social ainda se dá em grande medida via inserção no mercado de trabalho. Nesse

sentido, a “crise do emprego” evidencia os limites impostos pela adoção do trabalho como mecanismo central de inserção social dos indivíduos, inclusive para efeito das políticas públicas de proteção social. Na atualidade, são muitas as estratégias de sobrevivência que, escapam à definição clássica de trabalho e possibilitam formas de inserção alternativas no mundo do trabalho. Desse modo, reconhecer essa realidade e fomentar seu potencial inclusivo, até mesmo apoiando a sua capacidade de gerar e distribuir renda e proteção social pode ser uma tarefa premente para as políticas públicas de inclusão dos jovens [Castro & Aquino, 2008: p.22].

O reconhecimento da importância da educação e qualificação para os jovens, bem como de suas dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tem estimulado a criação de programas que aumentam a elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania.

Em 2007 os programas existentes para elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania eram: Projovem, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra, Proeja como mostra o quadro 1. E os que forneciam apenas qualificação e formação profissional: Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social de Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Jovem Aprendiz como está apresentado no quadro 2.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JUVENTUDE

Programas elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania

Programa	Principal benefício oferecido	Público-alvo
Projovem	Certificação de ensino fundamental, capacitação inicial ao mundo do trabalho, desenvolvimento de ações comunitárias e pagamento de um auxílio financeiro de R\$ 100 por mês.	Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4º série, mas não concluíram a 8º série do ensino fundamental.
Agente Jovem	Oferta de assistência social, aulas de saúde, cidadania e meio ambiente em período oposto ao da frequência à escola, e pagamento de bolsa mensal de R\$ 65, durante um ano.	Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4º série, mas não concluíram a 8º série do ensino fundamental.
Juventude Cidadã	Profissionalização, elevação de escolaridade, prestação de serviços comunitários e formação para a cidadania, e R\$ 600 distribuídos em	Jovens entre 16 e 24 anos, provenientes de famílias de baixa renda (renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo).

	(cinco) parcelas, de R\$ 120.	
Saberes da terra	Elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e desenvolvimento de solidariedade e da cidadania.	Jovens e adultos agricultores, familiares e excluídos do sistema formal de ensino.
Proeja	Educação profissional integrada com ensino médio: cursos de formação inicial e continuada, com carga horária máxima de 1.600 horas.	Jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental e tenham, no mínimo, 18 anos de idade.

Quadro 1. Programas para elevação de escolaridade, capacitação profissional e cidadania
Fonte: Castro & Aquino (2008), p.142.

Programa para qualificação e formação profissional

Programas	Principais benefícios oferecidos	Público-alvo
Escola de fábrica	Oferta de cursos de iniciação profissional dentro de empresas, bolsa mensal de R\$ 150 por seis meses.	Jovens de baixa renda de 16 a 24 anos desempregados.
Soldado cidadão	Cursos de capacitação e formação profissional.	Jovens recrutas.
Consórcio Social de Juventude	Capacitação profissional específica durante quatro meses, vale-transporte, e uma bolsa auxílio no valor de R\$ 150.	Jovens de 18 a 24 anos desempregados e integrantes de família com renda mensal <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex presidiários têm prioridade no atendimento.
Empreendedorismo Juvenil	Linha 1: Financiamento de projetos de qualificação e incubação de empreendimento de jovens oriundos de outras ações de Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Linha 2: Projetos de qualificação e incubação de empreendimento de jovens não-participantes de outras ações do PNPE. Linha 3: elaboração de metodologias e inovações tecnológicas voltadas ao fomento do empreendedorismo juvenil.	Jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo, estejam matriculados e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio ou cursos de educação de jovens e adultos.
Jovem aprendiz	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado.	Jovens de 14 a 24 anos.

Quadro 2. Programas para qualificação e formação profissional
Fonte: Castro & Aquino (2008) p.142

Observando os quadros 1 e 2 pode-se afirmar que os 10 programas apresentados foram criados, principalmente, para atender a população de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social,

ou seja, enfrentam problemas tais como: baixa renda, desemprego, baixo níveis de escolaridade ou apresentam uma inserção precária no mercado de trabalho.

Portanto, nota-se que no período de 2007 a Política Nacional de Juventude está relacionada a dívida social apresentada pelo país nos últimos anos por isso, Castro & Aquino (2008) ao fazer a avaliação preliminar dos objetivos e público alvo dos programas perceberam que a qualificação profissional e a aceleração nos níveis de escolaridade aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda que não tiveram acesso a educação básica de qualidade.

Além das ações de transferência de renda, aceleração da escolaridade e da qualificação profissional Castro & Aquino (2008) destacaram aspectos que remetem ao campo do planejamento e gestão pública, tais como:

- multiplicidade de programas, sem coordenação e articulação entre eles;
- duplicações da população-alvo;
- heterogeneidade no valor do auxílio financeiro repassado, podendo suscitar um sentido de ações concorrentes e não integradas ou complementares;
- falta de integração eficiente entre as ações de escolaridade e capacitação;
- duplicidade de ações de capacitação implementadas por vários órgãos diferentes;
- ausência de integração espacial na implementação,

resultando em pulverização de ações e recursos públicos;

- ausência de integração dos programas emergenciais com outras ações importantes para os jovens: saúde, cultura e lazer; e
- falta de estratégia integrada de acompanhamento, avaliação e reorientação dos diversos programas, visando ao seu aperfeiçoamento [Castro & Aquino, 2008: p.146].

No começo de 2007, o governo federal deu início a um processo de estudos e discussões com o objetivo de redirecionar as políticas nacionais de juventude tendo como meta a resposta de dois desafios, quais sejam: a) ampliar o potencial de integração dos programas emergenciais; e b) aumentar o público atendido pelos programas emergenciais para o universo de todos os jovens considerados excluídos, definidos como jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílio com renda per capita de até ½ salário mínimo.

Concluído o processo de estudos e discussões os programas apresentados nos quadros 1 e 2 foram inseridos em apenas um programa emergencial de juventude (Projovem) que aborda a integração curricular de educação, capacitação e ações de cidadania, além disso, o programa foi subdividido em

quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador (quadro 3). Com o novo ProJovem, haverá a unificação do valor do auxílio financeiro em R\$ 100, que será estendido também aos jovens do campo. Os currículos e a carga horária também serão unificados. Sua gestão será compartilhada entre a SG/PR – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o MEC.

O programa unificado que corresponde ao projovem, em linhas gerais tem as seguintes finalidades:

- ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao

desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.

- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

Programas de juventude que foram incorporados ao (novo) projoovem

Programas atuais	Programa unificado	Principais mudanças previstas
Agente jovem	PROJOVEM ADOLESCENTE	Extinção do auxílio financeiro de R\$ 65, prioriza os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família (PBF); extensão territorial na lógica do Cras (Suas) para até 4 mil municípios até 2010; ampliação da permanência no programa para até 24 meses.
Projoovem	PROJOVEM URBANO	Ampliação da faixa de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos; ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses; extensão para as unidades prisionais e de adolescentes em conflito com a lei; expansão prioritária para municípios acima de 200 mil habitantes.
Saberes da terra	PROJOVEM CAMPO	Delimitação da faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos; Inclusão do auxílio mensal de R\$ 100/ jovens atendidos; duração de 24 meses.
Consórcio social de juventude, Juventude cidadã, Escola de fábrica.	PROJOVEM TRABALHADOR	Manutenção dos objetivos de capacitação; alteração da faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos; aumento do valor do auxílio mensal repassado (de R\$ 100 para R\$ 150).

Quadro 3. Programas de juventude que foram incorporados ao (novo) Projoovem
Fonte: Castro & Aquino (2008), p.148

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a trajetória recente das políticas públicas específicas para a juventude, admite-se que o país vem obtendo melhorias. Dentre as melhorias alcançadas, cabe ressaltar, o organização institucional criada a partir de 2005 no âmbito do governo federal,

que inclui a SNJ, que apóia o CNJ na implementação dos programas para os jovens, especificamente o Projoovem Pochmann (2008). A iniciativa do governo federal de criação de estrutura administrativa responsável para cuidar da área da juventude tem sido modelo nas outras instâncias da Federação.

Percebe-se no âmbito das secretarias nacionais uma quantidade maior de políticas públicas para os jovens em condições de vulnerabilidade e exclusão social visto que esta parcela, em sua maioria está composta por jovens residentes em locais de baixo desenvolvimento, com acesso limitado à formação escolar e profissional de qualidade e a empregos no mercado de trabalho. Na visão de Sposito (2004) esta falta de perspectivas contribui para o aumento do desemprego dos jovens, para o envolvimento destes com criminalidade e violência, ou seja, situações que não promovem a melhoria da qualidade de vida destes e nem possibilitam o rompimento com o ciclo da pobreza. Portanto, é fundamental analisar, avaliar os jovens nos diversos contextos sociais para criar estratégias de aproximação e promoção de políticas capazes de auxiliá-los no desenvolvimento das diversas dimensões de suas vidas.

Os programas destacados neste trabalho são exemplos de boas práticas em matéria de política pública de trabalho e qualificação profissional para jovens, além da abertura de oportunidades estes deixam lições importantes para os formuladores de

políticas públicas. Alguns dos principais pontos positivos são:

- o desenvolvimento de metodologias e práticas de monitoramento e avaliação, como componente essencial dos programas, utilizando seus dados para correção e ajuste de rota;
- a preocupação com o atendimento crescente, em grande escala da população jovem que vive em situação de vulnerabilidade social;
- a criação de um novo programa emergencial de juventude (ProJovem) – com integração curricular de educação, capacitação e ações de cidadania –, a instalação do Conselho Nacional de Juventude e a estruturação da nova Secretaria Nacional de Juventude.

Tais estratégias podem, em um primeiro momento, responder à realidade brasileira que detém elevada proporção de jovens em situação de vulnerabilidade social. Programas dessa natureza, quando bem administrados e mantidos continuamente, podem contribuir para melhorar consideravelmente as condições de vida desta população, elevando os índices de alfabetização e de escolaridade, que podem resultar em melhor inserção no

mundo do trabalho. Mas, resumir a intervenção pública nesta população apenas a programas dessa natureza não é uma solução socialmente justa e definitiva. Esta só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, culturais e de lazer para todos os jovens.

Para desenvolver e implementar estas ações, a participação dos jovens é fundamental. Ou seja, é preciso abrir-lhes espaços, estimulando-os a se organizar e formar representações, ouvi-los na formulação e avaliação de projetos, assumi-los como atores e parceiros no desenho e implementação de políticas públicas.

Abstract

The objective of this work is to reflect on the connections between youth and social issues from the policy analysis of employment. It is part of an ongoing research and aims to describe and analyze, in general, the operation of programs for this segment. It also reflects on the Brazilian youth as the focus of public policies from the 1990 and the situation of young people in the world of work. We can see that in parallel with the expansion of juvenile social crisis, related to the integration processes to adulthood, young people

began to draw attention as victims or perpetrators of social problems. The increase in unemployment in the face of neoliberalism, has lead to increased vulnerability of youth. A significant portion of the jobs turned to youth came to be of short duration and low pay. The flexibility of contracts and the need for increasing skills and expertise provided an intense mobility and instability in the labor market for young people. Unemployment, increasing competition in the labor market and professional disqualification listed as factors limiting the choices of young people who have to undergo any activities that would ensure survival, regardless of whether or not generate a profession or job security. In the face of social exclusion and job insecurity on youth has become commonly associated with hopelessness and violence. This reality required the creation of sectoral public policies in order to qualify professionally, integrate and reintegrate people into society and the world of work.

Key words: Youth. Policies. Work

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5/6, p. 25-36, 1997.
- ANTUNES, R; ALVES G. *As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, v.25, nº 87, p.335-351, 2004.
- BRASIL, República Federativa. *Projeto do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens*: Educação,

qualificação e ação comunitária. Brasília – DF, 2005.

_____. Decreto Lei 11.692 de 10 de junho de 2008 Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005 e dá outras providências.

CARROCHANO, M.C. *Jovens olhares sobre o trabalho*; um estudo de jovens operários e operárias em São Bernardo do Campo. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários*. Tradução de Iraci D. Poteli. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

_____, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-ANDERLEY, Mariangela, et alii (Orgs). *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTRO, J.A; AQUINO. L. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. IPEA (Textos para discussão 1335) – Brasília: 2008.

DINIZ, E. *Globalização, ajuste e reforma do Estado: um balanço da literatura recente*. Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais, nº 45, p. 3-24, 1999.

DRIBE, S.M. In: DUPAS, G. *Economia Global e Exclusão social*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

FREITAS, M.; PAPA, F.C. (Orgs.). *Introdução. Políticas Públicas:*

Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2008.

HEILBORN, M.L. *Adolescência e Trabalho: Um enfoque cultural*. I FÓRUM NACIONAL DE ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO. Belo Horizonte, 1997.

IBGE. *Indicadores Sociais 2008*. disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: Abr/2009.

LAVINAS, L; BARBOSA, M.L. Combate a Pobreza Estimulando a Frequência Escolar: o estudo de caso do programa Bolsa-Escola de Recife. *Dados*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 447-478, 2000.

LEITE, E.M. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M.; PAPA, F.C. (Orgs.). *Introdução. Políticas Públicas: Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 145- 164.

_____.Relatório final – grupos jovens. In: *Desemprego: abordagem institucional e biográfica: uma comparação Brasil, França e Japão*. São Paulo, mimeo, 2002 (projeto USP/CEM/Seade/Cebrap – CNPq/Hewlett/Fapesp).

LIMA, M.H.T. Políticas sociais, juventude e cidadania. In: *Anais XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, Recife, 2007.

MADEIRA, F.R. et al. Mapeando a situação do adolescente no Brasil. I FÓRUM NACIONAL ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO. Belo Horizonte, 1997.

POCHMANN, M. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: ABET, 1998.

_____. *Juventude e política social*. In Valor econômico. São Paulo:2008.

SEADE, *Avaliação do Programa Jovem Cidadão*. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2002.

SPOSITO, M.E.B. *Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil*. *Investigaciones Geográficas*. México, v.54, p.114 - 139, 2004.